

DIOVANE FRANCO

ADVOGADOS

EDIÇÃO 06 · 2026



INFORMATIVO MENSAL

Direito Ambiental & Agronegócio

Decisões comentadas, fiscalização e notícias para o produtor rural

EDIÇÃO DE

Junho de 2026

"Regularidade ambiental agora vale desconto no banco: quem não se defende, paga mais caro."



NESTA EDIÇÃO

Sumário

1

Julgados do mês, comentados

23 decisões em 2 tribunais

2

Os números da fiscalização

Autuações e embargos do IBAMA e da SEMA-MT

3

Notícias do mês

8 notícias que afetam o produtor rural

4

Assessoria que protege

Por que contar com especialistas

23

DECISÕES

1.764

AUTUAÇÕES

8

NOTÍCIAS

— Editorial

Junho de 2026 encerra com um cenário de intensidade regulatória sem precedentes para o produtor rural de Mato Grosso e da Amazônia Legal. O lançamento do Plano Safra 2026/2027 com R\$ 525,1 bilhões confirmou uma tendência irreversível: a regularidade ambiental — CAR ativo, ausência de embargo, adesão ao PRA — deixou de ser apenas obrigação legal e tornou-se fator direto de competitividade no custo do crédito, com desconto de juros vinculado ao compliance ambiental da propriedade. Ao mesmo tempo, a aprovação pela Câmara do PL 2564/25 pode alterar o regime de embargos remotos do IBAMA, exigindo notificação prévia ao produtor antes de medidas cautelares por satélite — tema que reflete diretamente na atuação defensiva do nosso escritório contra autuações lavradas sem contraditório. O IBAMA segue em ofensiva com a Operação Apoena, notificando preventivamente proprietários rurais em Mato Grosso e demais estados amazônicos para a temporada de incêndios, e a Operação Embaúba demonstrou que o descumprimento de embargo gera consequências financeiras severas e autônomas. No plano constitucional, a Lei Geral do Licenciamento Ambiental permanece em vigor sem cautelar do STF, mas a espada das ADIs 7913, 7916 e 7919 continua suspensa, exigindo cautela redobrada de quem opera sob as novas regras de dispensa. Os julgados obtidos pelo escritório neste mês — anulações por vício de motivo, afastamento de embargo por adesão ao PRA, colheita autorizada em área embargada e absolvição por excludente de subsistência — confirmam que a defesa técnica bem fundamentada segue sendo o diferencial entre a paralisia econômica e a retomada produtiva.

— Equipe Diovane Franco Advogados · OAB/MT 29.530

1. Julgados do mês, comentados

As 23 decisões ambientais analisadas pelo escritório em Junho. Toque em qualquer uma para ler o comentário completo no site.

TRF-1 · 01/06

IBAMA cancela auto de infração por erro de autoria mas mantém embargo contra quem já foi inocentado

Justiça Federal suspende embargo ambiental mantido pelo IBAMA contra produtora rural mesmo após decisão administrativa que cancelou o auto de infração por erro de autoria.

[Acessoriedade do embargo](#) [efeitos extradominiais do embargo](#)

[Ler no site >](#)

TJMT · 05/06

Justiça autoriza colheita de girassol em área embargada pela SEMA em decisão tecnicamente exemplar

Juiza plantonista suspende embargo da SEMA/MT para permitir colheita de girassol, com fundamentação cautelar exemplar que distingue tutela satisfativa de conservativa e preserva o mérito ambiental.

[Colheita em área embargada](#) [Embargo ambiental](#)

[Ler no site >](#)

TRF-1

20 decisões

01/06

IBAMA cancela auto de infração por erro de autoria mas mantém embargo contra quem já foi inocentado

Justiça Federal suspende embargo ambiental mantido pelo IBAMA contra produtora rural mesmo após decisão administrativa que cancelou o auto de infração por erro de autoria.

Acessoriedade do embargo

efeitos extradominiais do embargo

Embargo ambiental

1006104-49.2026.4.01.3901

[Ler completo >](#)

02/06

Vício de motivo no auto de infração ambiental anula embargo e multa do IBAMA

Justiça Federal anula auto de infração e embargo do IBAMA por vício insanável de motivo: órgão alterou local e conduta da infração durante o processo administrativo, violando o direito de defesa do produtor.

Auto de infração IBAMA

Embargo ambiental

Nulidade de ato administrativo ambiental

0000971-16.2016.4.01.3603

[Ler completo >](#)

02/06

Vício de motivo no auto de infração ambiental anula embargo e autuação do IBAMA

Justiça Federal de Sinop/MT anulou auto de infração e embargo do IBAMA por vício insanável de motivo: o fato descrito na autuação não correspondia à área efetivamente vistoriada, e a alteração posterior da conduta e do local configurou inovação fática inadmissível.

Auto de infração IBAMA

Controle judicial de atos administrativos

Embargo ambiental

0000971-16.2016.4.01.3603

[Ler completo >](#)

03/06

Sentença afasta responsabilidade ambiental de produtora que desmatou com autorização válida

Justiça Federal de Roraima julga improcedente ACP do MPF contra produtora rural que possuía AUTEX válida. Sentença revoga embargo judicial, restrição de GTA e bloqueios creditícios por ausência de ilicitude.

Ação civil pública ambiental

Autorização para uso alternativo do solo

Embargo ambiental

1005175-60.2024.4.01.4200 [Ler completo >](#)

04/06

Adesão ao PRA suspende embargo mesmo quando lavrado contra antigo proprietário

Sentença da Justiça Federal do Acre reconhece eficácia do Termo de Compromisso Ambiental firmado por adquirente de imóvel e determina suspensão de embargos lavrados em 2007 contra antigos proprietários, com base no art. 59, §5º, do Código Florestal.

CAR

Código Florestal art. 59

Embargo ambiental

1007172-89.2024.4.01.3000 [Ler completo >](#)

09/06

Sentença condiciona recomposição ambiental ao PRA e respeita o quadro de áreas do CAR

Sentença condena produtor a recompor 34ha de floresta amazônica, mas articula a execução com o CAR e o PRA, distinguindo recomposição de reposição florestal conforme o quadro de áreas do imóvel.

Ação civil pública ambiental

Área rural consolidada

cadastro ambiental rural

1000786-87.2018.4.01.3603

[Ler completo >](#)

10/06

Assentado absolvido de crime ambiental pela excludente de subsistência do art. 50-A

Assentado é absolvido de crime ambiental (art. 50-A, Lei 9.605/98) por excludente de subsistência. Sentença valoriza provas do IBAMA tanto para autoria quanto para contexto socioeconômico do réu.

Assentamento reforma agrária

Crime ambiental

Desmatamento em reserva legal

1001037-28.2020.4.01.3606

[Ler completo >](#)

11/06

Justiça Federal anula decisão do IBAMA por uso de prova técnica sem contraditório

Justiça Federal anula decisão recursal do IBAMA por uso de prova técnica superveniente sem contraditório do autuado. Embargo e multa de R\$ 1,8 milhão permanecem, mas cobrança fica suspensa até nova decisão motivada.

Contraditório no processo administrativo ambiental

Delimitação geoespacial de embargo

Devido processo legal administrativo

1036634-21.2025.4.01.3400 [Ler completo >](#)

12/06

Perícia judicial confirma que desmate ocorreu fora da reserva legal e Justiça anula auto de infração e embargo do IBAMA

Justiça Federal de Diamantino/MT anulou auto de infração e embargo do IBAMA após perícia comprovar que desmatamento ocorreu em área de uso alternativo do solo, não em reserva legal, pois a propriedade está no Cerrado.

bioma-cerrado

Embargo ambiental

Nulidade de auto de infração IBAMA

1005863-86.2018.4.01.3600

[Ler completo >](#)

15/06

Produtor condenado por dano ambiental que não causou em razão do risco integral

Produtor rural é condenado a reparar dano ambiental causado por incêndio vindo de propriedade vizinha. Juízo reconhece ausência de conduta, mas aplica responsabilidade propter rem e teoria do risco integral.

Ação civil pública ambiental

CAR como prova de autoria

Obrigação propter rem ambiental

1001340-14.2026.4.01.3903 [Ler completo >](#)

16/06

Justiça anula embargos do IBAMA em área com autorização estadual de supressão válida

Justiça Federal anula três autos de infração e embargos do IBAMA após produtor comprovar que supressão de vegetação estava amparada por autorização estadual válida. Decisão aplica teoria dos motivos determinantes.

Autorização de supressão de vegetação

CAR e validação estadual

Competência ambiental e LC 140/2011

1046170-90.2024.4.01.3400 [Ler completo >](#)

17/06

Justiça Federal rejeita ação do MPF por falta de nexo causal entre produtora e desmatamento

Justiça Federal em Altamira julga improcedente ACP ambiental contra produtora rural por ausência de nexo causal. Sobreposição de apenas 2,38 ha em área de 577 ha não sustenta responsabilização.

Ação civil pública ambiental

CAR e sobreposição cadastral

Embargo ambiental

1002797-52.2024.4.01.3903

[Ler completo >](#)

18/06

Justiça Federal suspende embargos do IBAMA diante de adesão ao PRA estadual

Justiça Federal suspendeu embargos do IBAMA sobre imóvel com PRA ativo no Pará, afastando exigência cumulativa de TCRA federal e reposição florestal como condição para desembargo.

CAR

Competência ambiental e LC 140/2011

Embargo ambiental

1011439-83.2025.4.01.3901 [Ler completo >](#)

19/06

Justiça Federal anula autuações do IBAMA por notificação editalícia sem esgotamento da via pessoal

Justiça Federal de Sinop/MT anulou autuações e embargo do IBAMA por notificação editalícia sem esgotamento da via pessoal, determinando sustação de protesto de R\$ 4,3 milhões.

Área rural consolidada

Cerceamento de defesa em processo administrativo

Embargo ambiental IBAMA

1006487-53.2023.4.01.3603 [Ler completo >](#)

22/06

TRF1 anula auto de infração e embargo por falta de designação do técnico ambiental

TRF1 anula auto de infração e embargo do IBAMA por ausência de designação formal do técnico ambiental que lavrou a autuação em 2006, determinando cancelamento de multa e restrições cadastrais.

Competência do agente autuante

Embargo ambiental

Nulidade de auto de infração IBAMA

0005297-71.2015.4.01.3500 [Ler completo >](#)

23/06

CAR declaratório não prova autoria de desmatamento e não sustenta condenação ambiental

Justiça Federal do Pará julgou improcedente ação do Projeto Amazônia Protege por insuficiência probatória: CAR declaratório, sozinho, não prova autoria de desmatamento nem sustenta condenação ambiental.

Ação civil pública ambiental

cadastro ambiental rural

Ônus da prova em matéria ambiental

1014526-26.2020.4.01.3900 [Ler completo >](#)

24/06

Justiça Federal afasta exigência de reposição florestal como condição para desembargo

Justiça Federal do Pará afasta exigência de reposição florestal como condição para desembargo, reconhecendo suficiência da regularização via PRA/PRADA perante a SEMAS/PA. IN IBAMA 08/2024 não pode sobrepor obrigação já cumprida.

Competência ambiental e LC 140/2011

Embargo ambiental

IN IBAMA 08/2024

1025877-20.2025.4.01.3900

[Ler completo >](#)

25/06

TRF1 mantém queda de embargo após anulação do auto de infração por vício de autoria

TRF1 rejeita embargos do IBAMA e mantém retirada de embargo ambiental após anulação do auto de infração por vício de autoria, reconhecendo nexo causal entre registro restritivo e bloqueio de crédito rural.

Acessoriedade do embargo ao auto de infração

Controle judicial de atos administrativos

Crédito rural e restrições ambientais

1006560-67.2024.4.01.3901 [Ler completo >](#)

26/06

Justiça Federal suspende embargo em área consolidada enquanto SEMA não conclui análise do CAR

Justiça Federal de Sinop suspende embargo do IBAMA em área consolidada anterior a 2008, reconhecendo que a mora da SEMA/MT na análise do CAR não pode penalizar o produtor rural indefinidamente.

Área rural consolidada

CAR

Embargo ambiental

1000902-15.2026.4.01.3603 [Ler completo >](#)

29/06

Justiça Federal cancela embargo do IBAMA em lote de assentamento por atividade de subsistência

Justiça Federal de Juína/MT cancela embargo do IBAMA sobre lote de assentamento, aplicando a exceção de subsistência do art. 16 do Decreto 6.514/08. Decisão reconhece efeitos desproporcionais do embargo sobre agricultor familiar.

agricultura familiar

atividade de subsistência

efeitos extradominiais do embargo

1001229-48.2026.4.01.3606

[Ler completo >](#)**TJMT**

3 decisões

05/06

Justiça autoriza colheita de girassol em área embargada pela SEMA em decisão tecnicamente exemplar

Juíza plantonista suspende embargo da SEMA/MT para permitir colheita de girassol, com fundamentação cautelar exemplar que distingue tutela satisfativa de conservativa e preserva o mérito ambiental.

Colheita em área embargada

Embargo ambiental

Proporcionalidade do embargo

1001231-06.2026.8.11.0017

[Ler completo >](#)

08/06

Regeneração natural em área consolidada exige nova autorização para supressão

TJMT manteve auto de infração e embargo em área consolidada onde vegetação se regenerou por mais de 5 anos. Produtor que interrompe uso por prazo superior ao pousio legal precisa de nova autorização para supressão.

Área rural consolidada

CAR e regularização ambiental

Embargo ambiental

1030252-57.2023.8.11.0041

[Ler completo >](#)

30/06

Multa ambiental por hectare sem delimitar a área irregular é nula

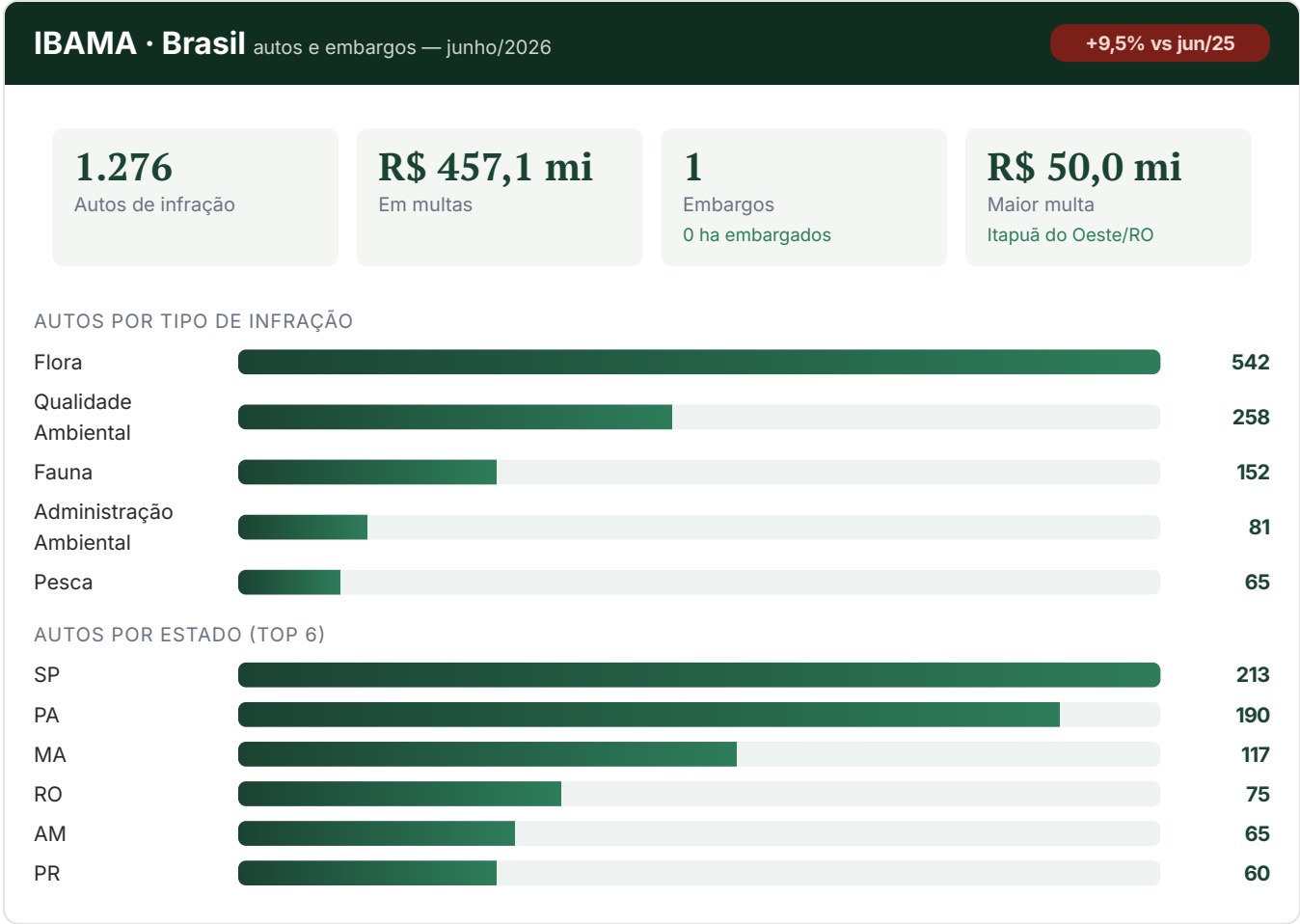
TJMT anula multa ambiental de R\$ 220 mil por manejo florestal porque a SEMA/MT calculou a penalidade sobre 144 hectares sem delimitar a área efetivamente irregular, violando a proporcionalidade.

Controle judicial de ato administrativo Manejo florestal sustentável Multa ambiental por hectare

1068978-32.2025.8.11.0041 [Ler completo >](#)

2. Os números da fiscalização

Autuações e embargos lavrados em Junho/2026, a partir dos dados oficiais do IBAMA (Dados Abertos) e da SEMA-MT (Transparência).



Leitura do mês: o IBAMA lavrou **1.276 autos** no país (+9,5% vs jun/2025), com a maior multa em Itapuã do Oeste/RO; a SEMA-MT autuou 488 em Mato Grosso. No acumulado do ano: 7.743 autos federais e R\$ 2,28 bi em multas.

3. Notícias do mês

O que aconteceu em Junho e afeta diretamente quem produz e quem é autuado — selecionado e comentado pelo escritório.

GAZETA DO POVO / CANAL RURAL · 30/06/2026

Plano Safra 2026/2027 é lançado com R\$ 525,1 bilhões e desconto de juros vinculado ao CAR regular

O governo federal lançou o Plano Safra 2026/2027 com R\$ 525,1 bilhões em crédito para médios e grandes produtores, aumento de R\$ 9 bilhões sobre o ciclo anterior. Destaque para a redução de até 1 ponto percentual nos juros de custo: 0,5 p.p. para quem tem CAR regular e mais 0,5 p.p. para quem adota práticas sustentáveis ou certificações. Financiamentos subsidiados não poderão ser utilizados para supressão de vegetação nativa.

Por que importa: O CAR regular deixa de ser mero requisito burocrático e se torna instrumento de economia real no custo — produtor autuado ou com embargo pode perder o benefício.

[Ler na fonte >](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS · 20/05/2026

Câmara aprova PL 2564/25 que veda embargo ambiental baseado exclusivamente em detecção remota por satélite

A Câmara aprovou o PL 2564/25, que proíbe o embargo ambiental com base exclusiva em imagens de satélite, exigindo notificação prévia ao autuado para apresentar esclarecimentos antes de sanções mais severas. O substitutivo manteve a possibilidade de uso de sensoriamento remoto, mas condicionou embargos à garantia de contraditório. O projeto segue agora para o Senado.

Por que importa: Se aprovado no Senado, altera profundamente a dinâmica dos 'embargões remotos' do IBAMA — produtores autuados à distância ganham argumento de defesa e prazo para esclarecimento prévio.

[Ler na fonte >](#)

GOV.BR / RONDÔNIA AGORA · 16/06/2026

IBAMA lança Operação Apoen e notifica proprietários rurais em MT e Amazônia sobre prevenção de incêndios

O IBAMA iniciou a Operação Apoen com editais de notificação preventiva direcionados a grandes propriedades em PA, MT, AM, RO, AC, MA e RR, exigindo medidas obrigatórias de prevenção ao fogo em áreas de vegetação nativa e também em áreas agropastoris. O descumprimento sujeita os responsáveis a sanções do Decreto 6.514/2008 e responsabilidade civil e penal.

Por que importa: Proprietários rurais em MT e Amazônia devem adotar medidas de prevenção imediatamente — a notificação do IBAMA já constitui prova de ciência e agrava eventual autuação futura.

[Ler na fonte >](#)

GOV.BR (IBAMA) · 20/06/2026

Operação Embaúba: IBAMA flagra cultivo de soja em áreas embargadas por desmatamento de Mata Atlântica no Ceará

Na Operação Embaúba, o IBAMA fiscalizou 16 propriedades em Tianguá (CE) que somavam cerca de 1.200 hectares embargados por desmatamento. Foram apreendidas 20 toneladas de soja e uma colheitadeira, com multas de R\$ 2,2 milhões. Há indícios de autorizações irregulares para supressão de vegetação nativa em reserva legal.

[Ler na fonte >](#)

MINISTÉRIO DA FAZENDA (GOV.BR) · 12/05/2026

Resolução CMN 5.303 adia prazos do Prodes para crédito rural e aceita novos documentos de regularidade ambiental

A Resolução CMN 5.303/2026 escalonou em três fases (jan/2027, jul/2027 e jan/2028) a exigência de verificação Prodes para concessão de crédito rural, conforme o porte do imóvel. Produtores com crédito recusado entre abril e maio de 2026 podem reapresentar propostas. Termos de compromisso ambiental e documentos estaduais passam a ser aceitos para comprovar regularidade.

[Ler na fonte >](#)

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO · 25/06/2026

STF — INFORMATIVO 1218 · 01/06/2026

CMN publica Resoluções 5.314 e 5.315 com novas regras de crédito rural e Proagro às vésperas do Plano Safra

As Resoluções CMN 5.314 e 5.315, publicadas em 25/06/2026, ajustam regras de fontes de recursos, prorrogação de dívidas rurais e alíquotas do Proagro. A prorrogação de dívida exige comprovação de dificuldade temporária e capacidade de pagamento. As novas alíquotas do Proagro entram em vigor em 1º/07/2026.

[Ler na fonte >](#)

STF julga constitucional a desafetação de área do Parque Nacional do Jamanxim para a Ferrogrão (ADI 6.553)

O Plenário do STF julgou improcedente a ADI 6.553, declarando constitucional a Lei 13.452/2017 que desafeta faixa do Parque Nacional do Jamanxim para implantação da Ferrogrão (EF-170). A decisão manteve salvaguardas: áreas não utilizadas serão reincorporadas ao parque e o empreendimento depende de licenciamento ambiental rigoroso no Sisnama.

[Ler na fonte >](#)

CONJUR / AGÊNCIA BRASIL · 30/06/2026

ADIs 7913, 7916 e 7919 contra a Lei Geral do Licenciamento Ambiental seguem sem cautelar no STF e lei continua em vigor

Até o final de junho de 2026, o STF não concedeu nenhuma cautelar nas ADIs que questionam a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei 15.190/2025). Assim, todos os dispositivos da nova lei permanecem plenamente aplicáveis, incluindo a dispensa de licenciamento para cultivo agrícola e pecuária extensiva e a Licença por Adesão e Compromisso (LAC). O cenário gera insegurança jurídica, pois eventual declaração de inconstitucionalidade pode ter efeito retroativo.

[Ler na fonte >](#)



O **Diovine Franco Advogados** é um escritório especializado em **Direito Ambiental** e **Direito do Agronegócio**, fundado em **Sinop/MT** — coração do agronegócio brasileiro. Somos referência nacional na defesa de **produtores rurais, empresas do setor, cooperativas, sindicatos, federações e confederações** em todas as esferas: administrativa, judicial e consultiva.

O escritório é liderado pelo **Dr. Diovine Franco**, ex-servidor dos **Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões**, mestrando em Ciência Jurídica pela UNIVALI com período na **Universidad de Alicante** (Espanha), **Diretor Jurídico do Instituto de Direito Agroambiental**, membro do **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador** e autor pela **Thomson Reuters** da obra **Embargos Ambientais em Áreas Rurais (2025)** — obra pioneira sobre a Teoria Geral do Embargo Ambiental no Brasil —, além de colunista regular em **Migalhas**, **ConJur** e **Compre Rural**.

Como mostram os julgados deste informativo, **boa parte das autuações não se sustenta quando enfrentada com técnica**. Conhecer o caminho certo, no prazo certo, é o que protege o seu patrimônio.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Defesa em autos de infração e multas do IBAMA e SEMA

Desembargo de áreas e suspensão de embargos indevidos

Prescrição de multas e nulidade de autuações

Licenciamento, CAR, PRA e regularização fundiária

Liberação de crédito rural travado por questão ambiental

Crime ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

FALE COM O ESCRITÓRIO

Seu caso merece uma análise especializada

Cada auto de infração, cada embargo por satélite e cada nova regra pode significar a paralisação de uma fazenda ou o vencimento antecipado de uma dívida. Não enfrente sozinho.

ATENDIMENTO DIRETO

(66) 99955-5402

contato@diovanefranco.com.br · diovanefranco.com.br

DIOVANE FRANCO ADVOGADOS

Sinop/MT · Belém/PA · Brasília/DF · Novo Progresso/PA · Rio de Janeiro/RJ

Informativo Junho/2026. Conteúdo informativo, não constitui parecer ou consulta jurídica. Dados de fiscalização: IBAMA (Dados Abertos) e SEMA-MT (Transparência).